

## Ação de Salles em fundo cria conflito no BNDES

Por Francisco Góes e Rafael Rosas | Do Rio



Joaquim Levy, presidente do BNDES, deu anuência para afastar chefe do departamento de meio ambiente do banco, Daniela Baccas, interlocutora do MMA.

O "pente fino" do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, nos contratos do Fundo Amazônia evidenciou ontem um conflito entre o corpo técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que gere o fundo, e a diretoria da instituição, liderada pelo atual presidente, Joaquim Levy. Depois de Salles dizer, na sexta, que cerca de 30% dos contratos do fundo apresentam algum grau de inconsistência, o BNDES emitiu nota no fim de semana na qual confirmou o afastamento da chefe do departamento de Meio Ambiente do banco, Daniela Baccas, principal interlocutora sobre o Fundo Amazônia com o MMA.

O afastamento, determinado pela diretora de governo e infraestrutura do banco, Karla Bertocco, com a

anuência de Levy, motivou ontem críticas da Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES) ao presidente do banco e sua diretoria. Os empregados do banco também acusaram Salles de intervir no BNDES: "A nota pública divulgada pelo banco para justificar a medida é extremamente insatisfatória e funciona como uma racionalização precária para o que de fato é uma ingerência do Ministério do Meio Ambiente no BNDES", disse a nota da AFBNDES.

A nota à qual os empregados fizeram referência foi divulgada pelo BNDES no sábado. Nela, o banco afirma que a decisão de afastar Daniela da função comissionada que exercia reflete prática "natural" enquanto se esclarecem as questões levantadas, não representando qualquer suspeita específica sobre a conduta dos funcionários do banco. O BNDES disse ainda que outras ações, como a abertura de comissão de averiguação interna, vão se dar apenas depois de a instituição ser notificada formalmente pelo MMA, em linha com o compromisso de transparência e cooperação com as instâncias de controle institucional que vem norteando a ação do banco, afirmou. O Valor apurou que a intenção da diretoria, por trás do afastamento, seria "proteger" a funcionária e que os diretores, frente à ação de Salles, não tinham outro caminho senão afastar Daniela.

Os empregados do BNDES consideraram, porém, que ao afastar a funcionária a diretoria fez uma manobra nunca vista na história do banco, e aproveitaram para atacar Levy e Salles: "Segundo o texto [do BNDES], a decisão de afastamento 'reflete prática natural enquanto se esclarecem as questões levantadas'. Trata-se de afirmação falsa. Fosse assim, o presidente do BNDES, Joaquim Levy, e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, estariam impedidos de exercer suas funções, uma vez que o primeiro é investigado pelo TCU e o segundo está sob investigação criminal - além de já ter sido condenado em primeira instância judicial por improbidade administrativa", disse a nota da AFBNDES.

À tarde, depois de divulgar a nota com críticas a Levy e Salles, cerca de 600 empregados, segundo os organizadores, se reuniram na entrada do banco em um ato de desagravo a Daniela. No total, o BNDES tem cerca de 2,7 mil funcionários.

A discussão sobre o Fundo Amazônia repercutiu logo depois de Salles ter concedido uma entrevista, na sexta-feira, na qual disse que foram identificadas diversas "fragilidades" na governança e implementação dos projetos e contratos do Fundo Amazônia. O ministro, porém, não entrou em detalhes. No mesmo dia, a





embaixada da Noruega, principal financiador do fundo, divulgou nota em que disse estar satisfeita com a "robusta" estrutura de governança do Fundo Amazônia e com os significativos resultados que as entidades apoiadas alcançaram nos últimos dez anos. "Não recebemos nenhuma proposta das autoridades brasileiras para alterar a estrutura de governança ou os critérios de alocação de recursos do Fundo", disse a embaixada da Noruega em Brasília. Em dez anos, o fundo aprovou e contratou 103 projetos, a maior parte com organizações não governamentais (ONGs), e recebeu doações de R\$ 3,4 bilhões, sendo mais de 90% da Noruega.

Procurado, o Ministério do Meio Ambiente disse ontem, via assessoria, que o relatório com a análise dos processos do Fundo Amazônia está sendo encaminhado ao BNDES, ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria Geral da União (CGU) para as

providências que "entenderem pertinentes". Perguntado se houve problemas na interlocução com o banco nas discussões sobre o Fundo Amazônia, o MMA afirmou ainda que contou com a participação da CGU na solicitação dos contratos relativos ao fundo e que o objetivo é o "aprimoramento das regras de funcionamento e maior efetividade das medidas de redução do desmatamento". Questionado se o objetivo do "pente-fino" no fundo seria reduzir o raio de ação das ONGs na Amazônia, o ministério afirmou: "O objetivo do Ministério é aprimorar as medidas de redução do desmatamento, conforme objetivo traçado na própria constituição do Fundo."

O MMA não quis comentar o posicionamento da Noruega, nem a nota da AFBNDES. O BNDES também não quis falar sobre a reação dos empregados. Disse tão somente que continuava valendo a posição da nota emitida pelo banco no sábado.

## O contingenciamento e Papai Noel

*Gil Castello Branco*

Em 2008, em entrevista concedida ao jornal "Gazeta do Povo", do Paraná, o então ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, afirmou: "Contingenciamento é como o Natal: acontece todos os anos".

É verdade. Contingenciamento é medida recorrente. Trata-se do bloqueio temporário de recursos para ajustar o orçamento aprovado no ano anterior ao real comportamento das receitas e despesas, de forma a que o governo possa cumprir a meta fiscal. Ao longo do ano, dependendo da conjuntura econômica, o contingenciamento pode ser reduzido, ampliado e até tornar-se, de fato, corte efetivo. A contenção dos gastos ocorre nas despesas discricionárias, como limpeza, luz, água, obras e equipamentos. Não são afetadas as despesas obrigatórias, como os salários, pois não há como deixar de pagá-las.

Desde 2009, pelo menos, o orçamento do Ministério da Educação sofre contingenciamentos, com exceção de 2013 e 2014, ano de eleição presidencial. O maior deles ocorreu em 2015, quando foram bloqueados R\$ 9,4 bilhões. Naquele exercício, somados todos os órgãos federais, o contingenciamento atingiu R\$ 70 bilhões, o maior da história.

Neste ano, o governo bloqueou

cerca de R\$ 30 bilhões. Em 2018, a expectativa era de que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceria 2,5% em 2019, o que não irá acontecer. Há risco até de um novo resultado negativo. O menor volume de transações econômicas reduz a arrecadação dos impostos, diminui a receita e inviabiliza o alcance da meta estipulada pelo Congresso, de déficit de R\$ 139 bilhões. Se o presidente descumprir a meta sem o aval do Legislativo, cometerá crime de responsabilidade e estará sujeito ao impeachment.

Em valores absolutos, o maior bloqueio de verbas discricionárias foi mesmo na Educação, que teve sustados R\$ 5,7 bilhões no decreto de contingenciamento. Proporcionalmente, porém, o ministério mais afetado foi o de Minas e Energia, que está impedido de executar R\$ 3,8 bilhões, quase 80% de seu orçamento de despesas discricionárias. A Defesa perdeu 38% e a Infraestrutura, 39%. Nesse ranking, a Educação aparece com a nona maior perda, com o percentual de 24,6%.

O bloqueio de verbas das universidades trará, sem dúvida, inúmeras dificuldades para as instituições. Mas é só a ponta do iceberg com o qual o país irá colidir se mantiver o rumo atual. Estudo da Contas Abertas mostra a situação dramática:

Por incrível que possa parecer, embora 1/3 dos domicílios brasileiros não possua esgoto, o contingenciamento bloqueou 31,5% das verbas de saneamento. Depois do que vimos em Mariana e Brumadinho, e do que está para acontecer em Barão de Cocais, foram bloqueados 24,8% em verbas de ação relacionada à segurança de barragens. Existem 13 milhões de desempregados, e o bloqueio de iniciativas ligadas ao emprego alcançou R\$ 59,2 milhões. Uma das poucas atividades bem-sucedidas para minorar os impactos dos desastres ambientais, o alerta de cheias e inundações, teve suspensão de verbas de 20,4%. A dotação para prevenção de uso de drogas foi 100% contida. E o que dizer do bloqueio médio de 35,8% em ações de proteção dos direitos humanos, incluindo idosos, indígenas, comunidade LGBT e outros segmentos?

A OAB, o Ministério Público, o Legislativo, o Judiciário, e todos os agentes que estão debatendo o contingenciamento nas universidades, precisam ir além. É imprescindível focar no problema central, ou seja, nas reformas que reduzam o tamanho do Estado e o déficit público, notadamente as despesas com pessoal e previdência, que crescem ano a ano e comprimem as demais.





A economia está na UTI. De 2014 a 2018, o déficit primário (sem o pagamento dos juros) acumulado foi de R\$ 535,4 bilhões! Em março, a dívida pública atingiu 74,8% do PIB. Nesta semana, novo contingenciamento será anunciado.

O bloqueio do orçamento é um paliativo que baixa a febre, mas não cura a doença. Tal como disse o petista Paulo Bernardo, o contingenciamento acontece todos os anos, como o Natal. Mas não dá para esperar que o equilíbrio das contas públicas seja um presente de Papai Noel.

## Guedes fala em Congresso decidir sobre cortes e contingenciamentos

*Após governo virar alvo, ministro da Economia sinaliza apoio à proposta de transferir ao Legislativo o controle do Orçamento*

Tânia Monteiro / Brasília

Após a repercussão negativa do contingenciamento de recursos do governo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, indicou que pode apoiar iniciativa que transfere ao Congresso a responsabilidade por decidir quais programas e ações terão seus recursos congelados quando necessário.

A ideia foi apresentada pelo deputado federal Roberto Peterneli (PSL-SP), em reunião da Comissão Mista de Orçamento, na semana passada, na qual Guedes estava presente.

"Já que o Congresso aprova onde vai gastar, que aprove também onde vai contingenciar ou cortar. Se houver falta de arrecadação, não pode deixar essa responsabilidade para o Executivo", disse Peterneli.

"Eu acho que é isso mesmo. A minha visão é de que os senhores vão ter de chegar um dia a controlar o orçamento inteiro e os

contingenciamentos", afirmou Guedes na sequência.

Em entrevista ao Estado em março, o ministro da Economia já havia defendido uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que acabaria com as despesas obrigatórias e as vinculações orçamentárias. Segundo afirmou à época, a ideia é delegar aos parlamentares 100% do controle sobre os orçamentos da União, Estados e municípios. A medida, porém, não prosperou para não conflitar com a discussão da reforma da Previdência.

Na reunião em que pediu apoio de Guedes à proposta, o deputado Peterneli sugeriu que, ao aprovar o Orçamento de 2020, o Congresso apontasse, de antemão, quais programas e áreas sofreriam contingenciamento caso as projeções de arrecadação não se confirmassem.

Nesse cenário, os bloqueios seriam decididos pelo Legislativo, e não pelo Executivo, transferindo, assim, o desgaste do governo ao ter de cortar verbas de universidades, por exemplo, aos parlamentares. O contingenciamento de 30% dos recursos destinados a universidades

federais motivou protestos por todo o País na semana passada.

A intenção de transferir aos parlamentares a responsabilidade de indicar em quais áreas serão feitos os bloqueios, porém, não tem apoio de pelo menos duas lideranças consultadas pelo Estado. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disseram ser contrários à proposta. Na avaliação deles, a medida fere o sistema presidencialista.

"A responsabilidade de executar o Orçamento é do Executivo", afirmou Maia. Para ele, a questão não é o desgaste, mas o fato de o governo conhecer melhor as áreas que podem ter recursos contingenciados. Bezerra Coelho vai na mesma linha. "O ato de governar tem bônus e ônus", disse.

Já o senador Marcelo Castro (MDB-PI), presidente da comissão de orçamento, afirmou concordar. "Acho a proposição razoável e prudente quanto aos cortes previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Caso não haja recursos suficientes, é necessário prever esses cortes."

## Novo bloqueio deve ser inferior a R\$ 5 bi

*Valor de contingenciamento deve ser definido até amanhã e equipe econômica teme, após protesto da semana passada, efeitos dos cortes*

Idiana Tomazelli/BRASÍLIA

Após os cortes no Orçamento da Educação terem levado a população às ruas e diante do risco de um apagão na máquina pública, a equipe econômica avalia meios de blindar ministérios dos efeitos do novo bloqueio nas despesas. Por essa razão, o contingenciamento a ser anunciado nesta semana deve ficar abaixo de R\$ 5 bilhões, segundo apurou o "Estadão/Broadcast". O valor é menor que as projeções iniciais feitas pela área econômica, mas ainda assim tem potencial de agravar a situação já delicada enfrentada pelos órgãos públicos. Existe a possibilidade de o corte ficar ao redor dos R\$ 3 bilhões, mas os cálculos finais ainda estão sendo feitos.

O valor do novo contingenciamento precisa ser anunciado amanhã pelo Ministério da Economia, mas o detalhamento da distribuição do bloqueio entre as pastas só deve ser informado na semana seguinte. O governo anunciou em março um aperto de R\$ 29,8 bilhões para assegurar o

cumprimento da meta fiscal, que permite déficit de até R\$ 139 bilhões. Ainda assim, o novo corte será necessário devido à revisão nas projeções de crescimento deste ano. A equipe econômica esperava alta de 2,2% no Produto Interno Bruto (PIB), mas essa estimativa deve cair ao redor de 1,5% a 1,6%, o que resulta em frustração nas receitas federais. A nova rodada de contingenciamento só ficou menor porque nos últimos dias os técnicos refizeram cálculos das despesas obrigatórias e encontraram gastos menores.

Por isso, o novo bloqueio será menos drástico que a faixa de R\$ 5 bilhões a R\$ 10 bilhões cogitada inicialmente. Com isso, a área econômica estuda a possibilidade de "queimar" a reserva de contingência de R\$ 5,4 bilhões para evitar um aperto adicional nos ministérios. Essa reserva é um espaço no Orçamento constituído para amortecer eventuais imprevistos ou necessidades emergenciais de órgãos. O governo vinha tentando preservar essa reserva porque ainda não acabou o primeiro semestre e as projeções de crescimento continuam derretendo, o que pode se reverter em novas frustrações de receitas. O último Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, mostrou que analistas esperam, em média, uma alta de

1,24% no PIB este ano, bem abaixo já da nova projeção do governo.

Além disso, o governo ainda não pode contar com receitas da privatização da Eletrobrás e do megaleilão de áreas do pré-sal, que só poderão ser incluídas no Orçamento quando a equipe econômica tiver um documento dos órgãos responsáveis por essas operações apontando a expectativa de realização dos leilões ainda este ano e as estimativas de arrecadação. Desgaste. O governo acredita que o novo aperto no Orçamento, mesmo sendo menor do que o inicialmente previsto, tem potencial para ampliar o desgaste com a população e com o próprio Congresso Nacional, uma vez que um bloqueio pode ter reflexo sobre as emendas parlamentares.

O corte pode dificultar também o desempenho das atividades dos ministérios, que já têm lidado com atrasos em pagamentos e redução de investimentos. As despesas discricionárias, que incluem custeio e investimento e são as únicas passíveis de bloqueio, já estão pouco abaixo dos R\$ 90 bilhões. A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado calcula que o mínimo necessário para o funcionamento da máquina pública fica em torno de R\$ 75 bilhões.